



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO, TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, DO OUTRO LADO O SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DO ESTADO DO CEARÁ - CONTRATADO, PARA O FIM QUE NELE SE DECLARA (Processo Administrativo nº 8512898-43.2019.8.06.0000).

CT N.º 02/2020

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, com sede na Av. General Afonso Albuquerque Lima, s/n, Bairro Cambéba, Fortaleza-CE, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 09.444.530/0001-01, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Superintendente da Área Administrativa, Luis Eduardo de Menezes Lima, e por sua Secretária de Gestão de Pessoas, Vlândia Santos Teixeira, e o **SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DO ESTADO DO CEARÁ - CONTRATADO**, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 07.341.423/0001-14, com sede nesta Capital, na Avenida Borges de Melo, nº 60, Aerolândia, neste ato representado por seu Superintendente do Vale-Transporte, Paulo César Barroso Vieira, portador da cédula de identidade nº 9600204252-SSP-CE e inscrito no CPF/MF sob o nº 273.204.053-34, doravante denominado simplesmente **CONTRATADO**, resolvem celebrar o presente Contrato, de acordo com as cláusulas e condições adiante enunciados.

Cláusula Primeira – Da Fundamentação Legal

Fundamenta-se o presente contrato, no art. 25, inciso I, da Lei nº 8.666/93, alterada e consolidada, c/c o Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 8512898-43.2019.8.06.0000.


Paulo César Barroso Vieira
Superintendente do Vale Transporte





ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Cláusula Segunda – Do Objeto

O presente Contrato tem por objeto o fornecimento de “Vale-Transporte Eletrônico – VTE – URBANO” para utilização no Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Fortaleza/CE, nos termos da Lei Federal nº 7.418/85 e alterações, Decreto nº 95.247/87 e Decreto Municipal nº 9.142/93.

Cláusula Terceira – Das Responsabilidades das Partes Contratantes

A entrega das primeiras vias dos cartões “Vale-Transporte Eletrônico – VTE – URBANO” pelo CONTRATADO dar-se-á a título gratuito.

§ 1º – Os cartões serão entregues com a formatação e os parâmetros de uso definidos pelo CONTRATADO.

§ 2º – O CONTRATANTE poderá solicitar, mediante solicitação por escrito, com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência, o envio de mais cartões “Vale-Transporte Eletrônico – VTE – URBANO” os quais necessitar, observados os procedimentos estabelecidos no presente contrato, Anexo e seus respectivos termos aditivos.

§ 3º – Por motivo de segurança, todos os cartões “Vale-Transporte Eletrônico – VTE – URBANO” solicitados no primeiro pedido pelo CONTRATANTE, serão entregues pelo CONTRATADO, já carregados, sendo que para esta primeira transação, a carga mínima em cada cartão deverá ser o correspondente a 20 (vinte) tarifas municipais de Fortaleza(CE).

§ 4º – Por motivo de limitação tecnológica e para a segurança dos usuários, os cartões “Vale-Transporte Eletrônico – VTE – URBANO”, possuem um limite de armazenamento de créditos, sendo disponibilizado pelo CONTRATADO, mediante solicitação do CONTRATANTE, a consulta aos créditos excedentes, os quais ficarem acumulados no Banco de Dados do VTE, e que poderão ser verificados, mediante acesso ao site, através de um login e senha específicos.

§ 5º – Os cartões “Vale-Transporte Eletrônico – VTE – URBANO” são de uso pessoal e intransferível dos servidores e/ou dos empregados públicos do CONTRATANTE, sendo que a utilização dos cartões por terceiros acarreta a aplicação das sanções previstas no Art. 7º, §§ 2º e 3º, do Decreto nº 95.247/1987 e nos Arts. 171 e 299, do Decreto-Lei nº 2.848/1940 Código Penal.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Cláusula Quarta - Do Preço

O valor global do presente contrato está estimado em R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

Cláusula Quinta - Dos Recursos Orçamentários

OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

04200011.02.122.500.21814.15.33903900.27000.1.20

04200011 - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS -FERMOJU

02 - JUDICIÁRIA

122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL

500 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO - FERMOJU

21814 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO ADMINISTRATIVO-FERMOJU-1º GRAU

15 - ESTADO DO CEARÁ

33903900 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

27000 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS

1 - FONTE DE RECURSOS DE OUTRAS FONTES NÃO DESTINADAS À CONTRAPARTIDA

20 - GASTOS ADMINISTRATIVOS CORRENTES CONTINUADOS.

OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

04200011.02.122.500.22576.15.33903900.27000.1.20

04200011 - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS -FERMOJU

02 - JUDICIÁRIA

122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL

500 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO - FERMOJU

22576 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO ADMINISTRATIVO-FERMOJU-2º GRAU

15 - ESTADO DO CEARÁ

33903900 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

27000 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS

1 - FONTE DE RECURSOS DE OUTRAS FONTES NÃO DESTINADAS À CONTRAPARTIDA

20 - GASTOS ADMINISTRATIVOS CORRENTES CONTINUADOS.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Cláusula Sexta – Do Prazo

O presente Contrato terá início na data de 02.01.2020, encerrando-se sua vigência em 31.12.2020, devendo o **CONTRATANTE**, caso não haja edição de novo contrato, proceder à devolução de todos os cartões cedidos, em perfeito estado de funcionamento.

Parágrafo Único – O **CONTRATANTE** se obriga a pagar o valor correspondente a 10 (dez) tarifas municipais de Fortaleza (CE) por cartão que deixar de ser devolvido ao **CONTRATADO**.

Cláusula Sétima – Do Pagamento

O pagamento pela execução do objeto contratual será feito observando o disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula, **sendo sua venda comprovada mediante recibo sequencialmente numerado**, emitido pelo **CONTRATADO**, em duas vias, conforme disposto no Art. 21 do Decreto Federal nº 95.247/87.

§ 1º – O **CONTRATANTE** se compromete a adquirir os vales-transporte sob a forma de créditos eletrônicos junto ao **CONTRATADO**, a partir da assinatura do presente Contrato, o qual deverá disponibilizar os créditos nos postos de venda credenciados ou na modalidade de recarga a bordo dos ônibus, observados os procedimentos previstos no presente contrato.

§ 2º – Na modalidade de recarga a bordo nos ônibus, o **CONTRATADO** efetuará a carga dos créditos nos cartões “Vale-Transporte Eletrônico – VTE – URBANO”, cedidos ao **CONTRATANTE**, após 03 (dias) dias úteis contados da comprovação do efetivo pagamento do pedido, realizado através de depósito na conta corrente nº 12 305-6, Agência 2367 do Banco Bradesco (237) (ou outro estabelecimento indicado pelo **CONTRATADO**), em favor do **CONTRATADO** e estejam disponíveis para saque.

Cláusula Oitava – Da Transação e da Transferência de Crédito

O **CONTRATANTE** poderá solicitar até 04 (quatro) transações de créditos por mês e 1 (uma) transação de transferência de crédito por trimestre, considerando como início o mês constante na data do “Protocolo de Entrega” dos cartões.

Parágrafo Único – Em caráter excepcional e mediante prévio acordo entre as partes o **CONTRATADO** poderá aumentar o número de transações previstas no *caput* desta cláusula, sendo que



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

para cada transação extra será cobrado o valor correspondente a 1 (uma) tarifa municipal de Fortaleza (CE).

Cláusula Nona – Do Prazo de Validade dos Créditos

O prazo de validade dos créditos é de 90 (noventa) dias corridos, contados a partir do momento da disponibilização dos créditos nos veículos (recarga a bordo), nos postos de venda localizados nos Terminais de Integração do Sistema de Transporte de Passageiros de Fortaleza ou nos postos de venda credenciados pelo CONTRATADO.

§ 1º– A partir do 5º (quinto) dia que antecederá ao término da validade dos créditos, prevista no *caput* desta cláusula, será exibida uma mensagem de alerta aos usuários nos validadores localizados no interior dos veículos de transporte coletivo de passageiros.

§ 2º– O usuário poderá realizar a revalidação dos créditos nos 7 (sete) dias corridos posteriores ao término da validade prevista no *caput* desta cláusula.

Cláusula Dez – Da Inatividade do Cartão

Os cartões em poder do CONTRATANTE que não forem utilizados por mais de 120 (cento e vinte) dias serão automaticamente bloqueados, sendo que, para serem reabilitados, far-se-á necessário que o usuário do cartão solicite o desbloqueio através de requerimento formulado em papel timbrado do CONTRATANTE e devidamente assinado pelo responsável competente, onde deverão constar os dados do usuário do cartão a ser desbloqueado.

Parágrafo Único – Caso o CONTRATANTE não queira reabilitar os cartões bloqueados, deverá devolvê-los ao CONTRATADO em perfeito estado de funcionamento; caso contrário, pagará o custo correspondente a até 10 (dez) tarifas municipais de Fortaleza (CE) por cartão não devolvido, que será cobrado após 30 (trintas) dias contados a partir da data do efetivo bloqueio.

Cláusula Onze– Da Perda, Do Extravio ou Do Roubo do Cartão

Nos casos de perda, extravio ou roubo de qualquer cartão, o CONTRATANTE deverá proceder à comunicação ao CONTRATADO, através da sua central de atendimento, de segunda a sexta-feira, no horário das 08 h às 18 h, para que seja providenciado o seu bloqueio. Para efetivar a referida



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

operação, será solicitado ao **CONTRATANTE** a confirmação dos dados cadastrais constantes no banco de dados do **CONTRATADO**.

§ 1º – O **CONTRATADO** providenciará o bloqueio do cartão no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas a partir da comunicação prevista no *caput* desta cláusula.

§ 2º – Nos casos previstos no *caput* desta cláusula, o **CONTRATANTE** poderá transferir os créditos remanescentes para outro cartão mediante solicitação ao **CONTRATADO**, sendo assim considerados aqueles não utilizados a partir do efetivo bloqueio.

Cláusula Doze – Da Via Adicional do Cartão

Em até 05 (cinco) dias da assinatura do presente instrumento, o **CONTRATANTE** deverá enviar um documento ao **CONTRATADO** informando a pessoa responsável pelas solicitações das vias adicionais de cartões; bem como da realização do cadastramento dos seus servidores e/ou empregados públicos como usuários e das atualizações cadastrais.

§ 1º – No caso de perda, extravio ou roubo do cartão, deverá ser apresentando o Boletim de Ocorrência Policial, para solicitar a via adicional do cartão, sendo cobrado o valor de **até 10 (dez) tarifas municipais de Fortaleza (CE)**, a ser pago no ato do recebimento do cartão.

§ 2º – No caso de danificação do cartão “**Vale-Transporte Eletrônico – VTE – URBANO**” por culpa exclusiva do usuário, será cobrado, para solicitar a via adicional do cartão, o valor de **até 10 (dez) tarifas municipais de Fortaleza (CE)**, a ser pago no ato do recebimento do cartão.

Cláusula Treze – Da Rescisão

Constituem motivos para a rescisão contratual, sem prejuízo das disposições atinentes ao tema previstas na Lei nº 8.666/93, inclusive o disposto nos arts. 77 a 80, e alterações, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, a ocorrência de:

a) Não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas contratuais pactuadas, especificações e prazo estabelecido.

b) Paralisação do Contrato sem justa causa, sem prévia comunicação ou sem autorização do **CONTRATANTE**.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Cláusula Quatorze- Das Disposições Gerais

Os casos omissos e as alterações decorrentes de deliberações posteriores à celebração deste contrato serão objeto de formalização, mediante a celebração do competente Aditivo, de acordo com as disposições constantes na Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Cláusula Quinze- Do Foro

As partes elegem o foro da Cidade de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará, como competente para dirimir quaisquer questões relacionadas ao presente Contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para juntas produzirem um só efeito de direito, acompanhado de 02 (duas) testemunhas que a tudo assistiram.

Fortaleza, 13 de DEZEMBRO de 2019.

LUIS EDUARDO DE MENEZES LIMA
SUPERINTENDENTE DA ÁREA ADMINISTRATIVA DO TJCE

VLÁDIA SANTOS TEIXEIRA
SECRETÁRIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TJCE - CONTRATANTE

PAULO CÉSAR BARROSO VIEIRA
SUPERINTENDENTE DO VALE-TRANSPORTE
SUPERINTENDENTE DO VALE-TRANSPORTE - CONTRATADO - CONTRATADA

TESTEMUNHAS: _____



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ANEXO
Instrumento de Adesão ao
Contrato Padrão de Cessão de Utilização do
Cartão Eletrônico “Vale-transporte Eletrônico – VTE URBANO”

CONTRATADO:		
Nome: SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS DO ESTADO DO CEARÁ Representante Legal: Superintendente do Vale-transporte	CNPJ: 07.341.423/0001-14	
Endereço: AV. BORGES DE MELO, 60	Bairro: AEROLÂNDIA CEP: 60415-510	Cidade: FORTALEZA – CE

CONTRATANTE:		
Nome: Tribunal de Justiça do Estado do Ceará	CNPJ nº 09.444.530/0001-01	
Fone: 3207-7000	e-mail:	
Representantes Legais: Vlândia Santos Teixeira		
Código:	I.E.	I.M:
Endereço: Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, Distrito de São José do Cambeba		
Bairro: Cambeba	Cidade: Fortaleza	CEP: 60.839-900

PREÂMBULO

Cartões Vale-Transporte Eletrônico – VTE URBANO cedidos (a ser preenchido pelo CONTRATADO de acordo com o arquivo de cadastro enviado pelo CONTRATANTE)
Quantidade: (numeração dos cartões conforme Protocolo de Entrega e usuários cadastrados)

Fortaleza, _____ de _____ de 2020.


Paulo César Barroso Vieira
Superintendente do Vale-transporte

CONTRATANTE

Testemunhas:

CPF:

CPF:



